

O Estado Novo: o que trouxe de novo?

Maria Helena Capelato

Professora livre-docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

O Estado Novo se constituiu em decorrência de uma política de massas que se foi definindo no Brasil a partir da Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Esse tipo de política, voltada para as classes populares, desenvolveu-se no período entre as guerras a partir das críticas ao sistema liberal, considerado incapaz de solucionar os problemas sociais. Nesses anos manifestou-se na Europa, e em outras partes do mundo, uma crise do liberalismo: os impactos da Primeira Guerra e da Revolução Russa provocaram, segundo inúmeros autores, uma crise de consciência generalizada que, por sua vez, resultou em críticas à democracia representativa parlamentar de cunho individualista. Correntes intelectuais e políticas antiliberais e antidemocráticas, de diferentes matizes, revelavam extrema preocupação com a questão social e muito se discutia sobre novas formas de controle das massas com o intuito de evitar a eclosão de revoluções socialistas.

Uma das soluções propostas era a do controle social através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem. Essa política foi adotada em alguns países europeus, assumindo características específicas em cada um deles. Regimes como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal e o franquismo na Espanha foram constituídos nessa época. O sucesso das experiências italiana e alemã serviu de inspiração para reformas políticas que ocorreram em alguns países latino-americanos: Brasil e Argentina especialmente.

Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração européia. Um traço comum foi a crítica à liberal democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário,

encarregado de gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem.

O crescimento de movimentos sociais e políticos na década de 1920 fez com que o fantasma da Revolução Russa assombrasse setores das elites intelectuais e políticas brasileiras. A questão social passou a ser debatida intensamente e muitos questionaram as instituições liberais vigentes pela incapacidade de vencer o "atraso" e controlar a "desordem" reinante no país.

Nesse contexto, as dificuldades da economia brasileira, muito afetada pelo *crack* da bolsa de Nova York em 1929, serviram para acelerar o processo de mudança que vinha sendo apregoado nos anos anteriores. A conjuntura de crise provocou revoluções em vários países da América Latina: no Brasil ocorreu, em outubro, a Revolução de 1930, que acarretou modificações importantes no país.

Com a vitória dos "revolucionários" de 1930, as correntes autoritárias foram se fortalecendo. Elas se opunham à Constituição liberal de 1891, considerada mera cópia de fórmulas estrangeiras e, portanto, inadequada à realidade do país; alegava-se que o povo brasileiro ainda não estava preparado para o exercício da democracia. Para os críticos do liberalismo, os erros da Primeira República, que precisavam ser corrigidos, advinham dessa inadequação.

A reforma política se deu a partir do golpe de 10 de novembro de 1937, sob liderança de Getúlio Vargas, com apoio do Exército e de outras forças antidemocráticas. O povo foi comunicado do golpe a partir de informações obtidas pelo rádio. A mudança política produziu um redimensionamento do conceito de democracia norteada por uma concepção particular de representação política e de cidadania; a revisão do papel do Estado se complementou com a proposta inovadora do papel do líder em relação às massas e apresentação de uma nova forma de identidade nacional: a identidade nacional coletiva.

Após o advento do Estado Novo, deu-se a consolidação de uma política de massas que vinha se preparando desde o início da década. Constituídos a partir de um golpe de Estado, sem qualquer participação popular, os representantes do poder buscaram legitimação e apoio de setores mais amplos da sociedade através da propaganda, veiculada pelos meios de comunicação,

voltada para a sociedade, em geral, e para as classes populares, em particular. Além da busca de apoio, a integração política das massas visava ao seu controle em novas bases.

O ESTADO NOVO NA VISÃO DOS HISTORIADORES

O estudo do Estado Novo tem sido alvo de grande interesse dos historiadores a partir de meados da década de 1980, época que coincide com a redemocratização do país. Supõe-se que a motivação para o estudo desse período esteja relacionada às tentativas de compreensão mais aprofundada do fenômeno do autoritarismo no Brasil, ignorado pelos autores que, no passado, haviam enaltecido o país "cordial" e "pacífico". O regime militar contribuiu para o questionamento desse mito e incentivou os estudiosos de nossa história a revisitarem um passado ainda recente — a era Vargas —, buscando identificar, nesse período, fórmulas autoritárias cujos traços persistiram na cultura política brasileira, mesmo depois do seu fim. Reconstituir a democracia no Brasil implicava olhar para essa época com outros olhos, buscando aspectos pouco analisados pelos trabalhos de pesquisa até então realizados sobre o período.

A ênfase recaiu nas décadas de 1930 e 40 e o Estado Novo mereceu especial atenção. Muitas pesquisas foram, e continuam sendo, realizadas com o objetivo de colocar novas questões a esse passado que levaram ao estudo de aspectos não abordados até então. Muitos temas se constituíram em objeto de investigação. Cabe mencioná-los: cultura política; mundo do trabalho; novas formas de controle social; papel da polícia política e formas de repressão; organização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), suas práticas de propaganda e de censura; política cultural do Estado atuando sobre produções artísticas como música, artes plásticas, cinema; significado dos imaginários sociais criados e recriados na época através da manipulação de símbolos, emblemas, sinais, criação de mitos, cerimônias cívicas e esportivas e demais espetáculos do poder; importância dos meios de comunicação e seu uso político, e, neste aspecto, foram realizados trabalhos sobre imprensa, rádio, documentários, revistas, livros e demais publicações do DIP; políticas

de imigração; preconceitos racial e social; educação e ensino; atuação da Igreja e relação do catolicismo com a tentativa de sacralização da política.

Além de novos estudos, a retomada desse período suscitou um importante debate acerca das formas de interpretação sobre essa experiência política. O conceito de "populismo" foi o alvo central da polêmica.¹ Alguns autores passaram a questionar a eficácia do conceito para explicar o fenômeno enquanto outros o reafirmaram acrescentando novos dados às reflexões.

Nota-se, também, que o debate sobre as questões interpretativas é informado pelas visões de mundo dos participantes. Para uns, o "varguismo" ou "getulismo" (até na denominação há diferenças) apresentou aspectos mais positivos do que negativos e por isso a sua herança é valorizada em termos das conquistas sociais; para outros, esse período, sobretudo o do Estado Novo, é questionado mais a fundo pelo caráter autoritário dessa experiência, não só no que se refere à natureza do regime, mas também no que diz respeito à formulação da política trabalhista. Neste caso, pretende-se que essa herança seja superada.

A importância desses estudos é ainda maior quando se leva em conta que, no debate político atual, o varguismo acabou se tornando, para uns, uma bandeira de luta contra a política neoliberal e, para outros, uma experiência a ser superada completamente.

Como este texto se refere ao Estado Novo, muitas das interpretações mais genéricas sobre o varguismo não poderão ser aqui contempladas. Interessam apenas as que se referem às décadas de 1930 e 40 e nesse recorte é preciso esclarecer alguns aspectos relativos à periodização.²

Em primeiro lugar, a chamada primeira fase do governo Vargas, ou seja, nos anos 30 e 40, não constitui um bloco homogêneo. Cabe distingui-la, propondo uma divisão em dois níveis:

- 1) 1930 a 1937 foram os anos de indefinição, quando inúmeros projetos e propostas estavam sendo postos em pauta e quando, também, a sociedade se mobilizou intensamente em torno deles. O campo de possibilidades, nessa ocasião, era imenso e o governo se movia em terreno movediço.

- 2) 1937 a 1945 correspondem à vigência do Estado Novo, que se caracterizou pela introdução de um novo regime político orientado por novas regras legais e políticas. No entanto, esse momento também não é homogêneo porque as circunstâncias externas e internas são responsáveis por mudanças significativas no jogo político. A entrada do Brasil na Segunda Guerra constitui um marco de mudança importante nos rumos do Estado Novo.

Por este motivo, propõe-se a divisão desse período em dois momentos: a) 1937-1942: caracterizou-se pelas reformas mais significativas e pela tentativa de legitimação do novo regime; b) 1942-1945: com a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, as contradições do regime ficaram explícitas. Nesse período, o governo se voltou, de forma mais direta, para as classes trabalhadoras, buscando apoio.

Pretende-se mostrar que, nos dois períodos, o Estado Novo definiu-se pelo autoritarismo graças ao intenso controle político, social e cultural e pelo cerceamento das liberdades em muitos planos; houve repressão e violência extrema expressa nos atos de tortura. O período se caracterizou também pelas significativas mudanças promovidas pelo governo. Elas ocorreram em vários níveis: reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas pública e privada, nova relação do Estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas. Além disso, a conjuntura internacional, marcada por acontecimentos extremamente importantes, que culminaram com a eclosão da Segunda Guerra, obrigaram o país a redimensionar suas relações internacionais e assumir posições que se definiam a partir do complexo jogo militar e diplomático. Portanto, a conjuntura externa também ajuda a explicar as mudanças ocorridas durante o Estado Novo, desde sua ascensão até a queda.

ANTECEDENTES DO GOLPE

A década de 1930, como já foi dito, foi um período de grandes mudanças no país. Depois da "Revolução", abriu-se um leque de possibilidades de cami-

nhos e vários setores sociais propunham medidas diferentes para solucionar a crise que se abatera sobre o país. O setor agrário, após o *crack* da bolsa de Nova York, debilitou-se muito. Amplo debate se estabeleceu em torno da questão do desenvolvimento do país e sobre o melhor percurso a ser trilhado para a superação, não só da crise, mas também do "atraso" em relação aos países capitalistas avançados. Polêmicas foram travadas acerca da questão social e novas formas foram propostas para solucionar os conflitos sociais. As discussões em torno da natureza do Estado, tema amplamente debatido na Europa e em outros países da América, polarizou posições: havia setores favoráveis à manutenção de um Estado liberal descentralizado e com limitado poder de intervenção no plano econômico, social, político e cultural e outros, seguindo as novas tendências internacionais, favoráveis a um modelo de Estado forte e intervencionista. No plano político, os conflitos foram violentos em torno da questão da centralização política *versus* autonomia dos estados.

O Governo Provisório deu início a uma política centralizadora que acabava com a autonomia dos Estados. O federalismo, introduzido com o regime republicano, acabara beneficiando as unidades mais prósperas da federação — São Paulo, principalmente. Este foi um dos motes da Revolução de 1930, que trouxe em seu bojo um projeto de centralização do poder.

As elites paulistas reagiram contra a perda de liderança do estado e, em luta contra o governo Vargas, exigiam a volta do regime liberal federativo, que lhes garantia autonomia ante o poder central. Mesmo os que apoiaram a queda do governo de Washington Luís, reagiram à perda de hegemonia e a revolução de 1932 significou a resposta à nova situação. São Paulo foi derrotado na "guerra", mas a pacificação só ocorreu quando o governo atendeu às exigências dos adversários de convocar uma Assembléia Constituinte, o que ocorreu em 1933.

Na tentativa de apaziguamento nacional, o governo permitiu a organização de uma Assembléia Constituinte encarregada de elaborar a nova Carta Constitucional do país. Mas, nesse âmbito, também os conflitos foram intensos, demonstrando a existência de vários projetos para o futuro do Brasil. No plano ideológico debatiam-se as correntes liberais e antiliberais; entre estes marcavam presença os nacionalistas oriundos do movimento tenentista,

os católicos e os integralistas, que, apesar dos pontos comuns, tinham reivindicações específicas.

Além das divergências entre as elites políticas e intelectuais, havia divisão entre os trabalhadores: alguns setores apoiavam as novas medidas trabalhistas do governo e outros se rebelaram contra elas porque o novo tipo de política implicava a ausência de autonomia do movimento operário. Nesse nível havia ainda diferenças entre grupos de esquerda compostos por anarquistas, socialistas e comunistas.

Todas as controvérsias vieram à tona nas discussões da Constituinte, que acabou, de uma perspectiva de consenso, procurando contemplar propostas contrárias. A Constituição de 1934 foi considerada inviável por vários autores porque tentava conciliar tendências inconciliáveis.

Getúlio Vargas administrara o Brasil de forma provisória nos primeiros anos da década de 1930. Ao assumir o poder, tomou medidas que já anunciavam uma nova maneira de encarar o desenvolvimento do país dentro da ordem. Criou o Ministério do Trabalho, que se responsabilizou pela formulação de novas leis referentes ao mundo do trabalho e pela fiscalização da observância das que já existiam; tais medidas significavam o atendimento de uma reivindicação antiga dos trabalhadores brasileiros, mas também o controle do Estado nas relações entre patrões e operários.

Em 16 de julho de 1934, a nova Constituição foi apresentada ao país e, no dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente constitucional do Brasil por sufrágio indireto. Como o texto constitucional representou uma síntese de posições contrárias, nenhum dos grupos se sentiu plenamente vencedor.

Até o golpe de 1937 havia grande efervescência de idéias que se expressavam num cenário de manifestações públicas de cunho político e social. A partir de 1935, com o levante comunista, a situação radicalizou-se.

O levante comunista, denominado de "Intentona" pelos anticomunistas, foi liderado pela Aliança Nacional Libertadora e derrotado a partir de uma forte repressão, que terminou por extinguir o movimento. O comunismo, considerado como o perigo mais ameaçador à sociedade brasileira desde os anos 20, deu ensejo a uma forte campanha de propaganda anticomunista que acabou servindo para justificar o fortalecimento do regime. Já no início de 1935, começou a ser discutido o projeto de lei de segurança nacional; seus defenso-

res alegavam essa necessidade em função da intensa agitação social que dominara o país depois de 1930. Previa a supressão dos sindicatos, associações profissionais e entidades jurídicas, item que provocou reações contrárias. Mas, após a "intentona", mesmo alguns liberais a consideraram insuficiente para enfrentar a ameaça social. O jornal *O Estado de S. Paulo*, expressão significativa do liberalismo brasileiro, argumentou que os atos de extrema violência e gravidade eram prova irrefutável de que o texto constitucional fora insuficientemente forte para prevenir as investidas contra a ordem vigente e, em vista disso, aplaudia a decisão do Congresso que, "com a consciência nítida do perigo que nos ameaça, concedeu ao governo o estado de sítio".³

O estado de guerra foi decretado por três meses e, no fim desse tempo, o governo entendeu ser necessária a sua prorrogação.⁴

Os liberais apoiaram as medidas de exceção adotadas pelo governo sob alegação de que o combate ao comunismo era a prioridade do momento; tais medidas acabaram por fortalecer o poder do governante, que, em 1937, liderou o golpe promotor do Estado Novo, que dissolveu o Congresso e outorgou nova Constituição à nação.

CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NOVO (1937-1942)

A campanha pela Presidência da República, que se iniciara em 1936 com as candidaturas do paulista Armando de Sales Oliveira, candidato dos liberais, do paraibano José Américo, candidato de Getúlio Vargas, e Plínio Salgado, candidato dos integralistas, foi definitivamente encerrada nesse momento. As instituições liberais foram extintas a partir do golpe de Estado.

Os generais Góis Monteiro, Daltro Filho e Eurico Gaspar Dutra, que foi nomeado ministro da Guerra em 1936, apoiaram o golpe. Quando ele ocorreu, os integralistas desfilaram pelas ruas com muito entusiasmo.

Após o golpe, como os partidos e o Parlamento foram abolidos, não havia mais intermediários entre as massas e o governo. Este passou a intervir nos estados mediante a nomeação de interventores, que assumiram o poder Executivo orientados pela nova Constituição. Pessoas de confiança de Getúlio Vargas foram escolhidas para as interventorias.

Os interventores reproduziam nos estados a política determinada pelo governo central, que terminou com o sistema federativo da Primeira República. Após o golpe, apenas uma bandeira passou a existir para todos os estados e, para demonstrar que o sistema federativo tinha sido derrotado, realizou-se, no Rio de Janeiro, um ato simbólico: numa cerimônia cívica ocorreu a queima das bandeiras estaduais para marcar a vitória do poder central sobre os estados.

A censura coibiu qualquer manifestação contrária ao novo regime. Os articuladores do golpe definiram o episódio como um novo marco na história do país. Francisco Campos, um dos ideólogos mais importantes do Estado Novo, interpretou o regime como uma decorrência histórica e necessária da Revolução de 1930: "O 11 de novembro foi o elo final de uma longa cadeia de experiências [...] a Revolução de 30 só se operou definitivamente em novembro de 1937 [...]" Segundo o ideólogo, o Estado Novo suscitara no país uma "consciência nacional", unificara uma nação dividida, colocara um ponto final às lutas econômicas e impusera silêncio à querela dos partidos empenhados em quebrar a unidade do Estado e, por conseguinte, a unidade do povo. Azevedo Amaral, outro ideólogo do Estado Novo, definiu o regime como uma "necessidade" e uma "inevitabilidade", que viria adequar as instituições às nossas realidades. Ambos consideravam que Vargas cometera um grave erro ao permitir a reconstitucionalização do país em 1934. Acreditavam que a partir de 1937 o progresso se concretizaria no Brasil (citado em Capelato, 1989, p. 210-211).

ORGANIZAÇÃO DO PODER: ORDEM E PROGRESSO

Como foi dito no início, a política varguista teve como um dos objetivos principais a concretização do progresso dentro da ordem. Para atingir essa meta, tomou várias medidas para promover o desenvolvimento econômico e outras tantas para estabelecer o controle social em novas bases. Mas a primeira preocupação do novo regime, oriundo de um golpe de Estado, foi assegurar sua legitimidade. Para isso utilizou duas estratégias: a propaganda política e a repressão aos opositores.

Os meios de comunicação, cerceados na liberdade de expressão, ficaram impedidos pela censura de externar suas opiniões, bem como de expressar as opiniões alheias contrárias ao regime. Os órgãos opositores foram silenciados e os adeptos do regime tiveram como missão enaltecendo os atos do governo e divulgar a ideologia que o norteava. Nesse período, muitos veículos de comunicação acabaram aderindo ao poder para continuar usufruindo de suas benesses; os que não se dobraram a ele ficaram à mercê do controle da censura. Aos meios de comunicação cabia a tarefa de exaltar a figura de Vargas, não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso. As realizações do governo no terreno econômico, no campo da legislação social e da organização planificada do Estado foram enaltecidas.

O projeto econômico do governo começou a ser elaborado a partir da crise de 1929, que atingiu duramente a economia brasileira, baseada na exportação de produtos primários, sendo o café o principal deles naquela ocasião. O novo governo, advindo da Revolução de 30, enfrentou problemas de superprodução de café, esgotamento das reservas cambiais e crise das finanças públicas. O comércio mundial ficou reduzido em mais da metade, o preço do café baixou para um terço do que era antes e os estoques do produto aumentavam dia a dia nos portos brasileiros. Getúlio Vargas procurou acudir os cafeicultores, mas novas providências deveriam ser tomadas para solucionar as dificuldades.

Depois de esforços feitos em várias frentes, a economia começou a dar mostras de recuperação em 1933. O governo provisório procurou sustentar o setor cafeeiro e adaptar-se à nova situação do mercado mundial. Aliviada a situação, esboçou-se um projeto de desenvolvimento econômico em bases novas, que procurou priorizar o avanço do setor industrial com a participação do Estado.

A partir de 1937 foi posto em prática o projeto que preconizava o Estado como agente da política econômica. A nova Constituição definiu a necessidade de intervenção do poder público na economia para "suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores de produção".

Os ideólogos estado-novistas criticavam o liberalismo alienante, inadequável à realidade brasileira. Oliveira Vianna preconizava a necessidade de um

Estado forte para compensar a fragilidade da burguesia brasileira. Azevedo Amaral considerava que ele deveria atuar no jogo econômico corrigindo abusos e reajustando situações prejudiciais ao interesse coletivo. O dirigismo econômico, segundo o autor, tinha a vantagem de assegurar considerável liberdade à iniciativa privada e, ao mesmo tempo, a de se adaptar às exigências do capitalismo moderno, que ele definia como capitalismo corporativo. O Estado corporativo deveria encarar o planejamento como um dos seus principais meios de intervenção.

Nesse período, os Conselhos Técnicos substituíram o Congresso como órgão de representação. A ênfase no papel da tecnocracia à frente dos negócios públicos, em detrimento da liderança política, constituiu uma novidade introduzida pelo regime.

O governo voltou as atenções para o mercado interno; aboliu os impostos interestaduais, introduzindo um sistema tributário padronizado, para facilitar a sua integração. Procurou estimular o desenvolvimento das indústrias através de um sistema de substituição das importações que implicava o incentivo à utilização da capacidade ociosa das indústrias já existentes no país. A indústria têxtil e outras acabaram se beneficiando com os obstáculos colocados às importações de similares. Além disso houve isenções para importação de bens de capital. As indústrias básicas desenvolveram-se de forma especial.

Os industriais, mesmo os que haviam feito oposição ao governo Vargas no seu início, foram, pouco a pouco, se aproximando do poder federal. Tinham recusado a política social do governo, mas acabaram admitindo a sua necessidade. O boicote à legislação trabalhista que entrou em vigor a partir do fim de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, foi desaparecendo ao longo da década.

Getúlio Vargas tinha como meta principal superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico. O tema da modernização ganhou destaque no referido período. Uma das justificativas para o golpe era a necessidade de produzir mudanças capazes de colocar o país num patamar de progresso material que pudesse equipará-lo às nações mais prósperas do mundo. A meta do progresso indicava a ordem como parceira: neste aspecto, a racionalização do mundo do trabalho e o controle

social, tido como ameaçado pelos agentes da subversão, constituíam outro pilar da política estado-novista.

A legislação trabalhista visava a regulamentar os conflitos entre patrões e operários e a controlar as atividades dos sindicatos até então independentes. O objetivo maior consistia no impedimento de que conflitos sociais se expressassem na esfera pública. Foram, então, criados órgãos para coordenar as relações de classe. Essa política tinha inspiração na "Carta del Lavoro", posta em prática na Itália de Mussolini. Estabelecia o regime de sindicato único controlado pelo Ministério do Trabalho e regulamentava o imposto sindical a ser pago por todos os trabalhadores. Em 1942 foi instituído o salário mínimo, que os trabalhadores consideraram insuficiente para o sustento de suas famílias. Nesse ano o conjunto de leis referentes ao mundo do trabalho (salário mínimo, férias, limitação de horas de trabalho, segurança, carteira de trabalho, justiça do trabalho, tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho), promulgadas ao longo dos anos, foi sistematizado pela Consolidação das Leis do Trabalho. Esta medida representou, de um lado, o atendimento das reivindicações operárias que foram objeto de intensa luta da categoria por várias décadas e, de outro, o controle, através do Estado, das atividades independentes da classe trabalhadora, que acabou perdendo sua autonomia através do controle estatal.

Essa política acabou por dividir o movimento sindical. Uma parcela significativa mostrou-se satisfeita com as "benesses generosamente" concedidas pelo chefe do governo, como alardeava a propaganda governamental, e outra parcela tentou reagir ao controle do Estado e à perda da liberdade política. Mas essa corrente foi sufocada porque o regime autoritário impedia as manifestações de oposição em todos os níveis. Com o pretexto de manter a ordem e acabar com a subversão, muitos sindicalistas que se opuseram à nova política foram perseguidos, presos, torturados ou exilados durante o Estado Novo.

A relação dos trabalhadores com o governo era complexa e, por isso, gera muitas controvérsias entre os intérpretes desse período. Para alguns autores, a atuação de Vargas foi benéfica para os trabalhadores, mas outros salientam o caráter autoritário dessa política que resultou na impossibilidade de atua-

ção independente desse setor social. Os dois lados devem ser levados em conta para a compreensão desse fenômeno: os benefícios da legislação social que resultaram em direitos adquiridos e proteção mínima no que se refere à exploração que até então caracterizou o mundo do trabalho são inegáveis. Além disso, o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos do processo histórico e cidadãos ativos teve um importante impacto no que se refere à dignidade do trabalhador, como bem mostra Angela Castro Gomes em sua análise sobre esta questão. Segundo a autora, além da lógica material, o discurso estatal resgatava idéias, crenças, valores e a auto-imagem construída pelos próprios trabalhadores na Primeira República. O Estado não se mostrava apenas como produtor de bens materiais, mas também como articulador das demandas e tradições da classe operária, e os apresentava como seus — além de ressaltar os benefícios sociais como tendo sido generosamente concedidos pelo chefe do governo, o que, em troca, exigia reconhecimento e retribuição (Gomes, 1988).

No entanto, essa política concebida do alto, sem a participação efetiva dos interessados, representou uma nova forma de controle social, mais eficaz porque recorreu a um imaginário que encontrava terreno fértil entre os trabalhadores. Ela era, também, mais adequada às novas condições internacionais da ordem capitalista porque introduziu, com a legislação social, um domínio mais direto sobre as ações dos operários.

Cabe ainda esclarecer que, durante o Estado Novo, a justiça social, com resultados efetivos no que se refere à melhoria do nível de vida das classes populares, foi postergada para o futuro; os representantes do governo alegavam que as reivindicações das classes trabalhadoras poderiam ser atendidas, de forma mais efetiva, quando o progresso material se consolidasse. Na verdade, as condições econômicas do país naquele período não eram favoráveis a aumentos salariais para a população de baixa renda. Cartas, telegramas, bilhetes dirigidos a Vargas demonstram descontentamento diante de baixos salários, carestia de vida e falta de emprego.

José Rogério da Silva mostra que a carestia de vida foi constante e progressiva ao longo do Estado Novo. O aumento de preços atingiu patamares muito altos a partir de 1940. A situação tornou-se drástica em 1941, provocando inúmeras reclamações de trabalhadores. A intervenção do Estado na

tentativa de controlar os preços foi nula e o problema se agravou com a entrada do Brasil na guerra em 1942.

Os salários cresceram pouco na maior parte das indústrias, enquanto o custo de vida mais que triplicou entre 1935 e 1945. Em consequência disso, as rendas reais caíram e a maioria das famílias operárias se viu obrigada a restringir a alimentação, como mostram inúmeras mensagens dirigidas ao chefe da nação (Silva, 1992).

Essa realidade é confirmada por Joel Wolfe, quando se refere ao fato de que as condições eram tão difíceis a ponto de inquietar os membros da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); os baixos salários e o desemprego passaram a ser vistos como uma ameaça à ordem social. A Fiesp sugeriu cautela na construção de casas e restaurantes luxuosos, a fim de evitar a ira dos inquietos desempregados (Wolfe, 1994, p. 42-43).

O regime alardeava os benefícios da nova cidadania introduzida pelo regime — a cidadania do trabalho. Era considerado cidadão quem trabalhava, e a carteira de trabalho assinada era o documento de identidade mais importante. No entanto, o número de desempregados era muito alto; estes se sentiam, além de marginalizados do mercado de trabalho, excluídos da condição de cidadania. As cartas e os bilhetes endereçados, em tom suplicante, ao “pai dos pobres” (epíteto atribuído a Getúlio Vargas) demonstram o desespero de ampla parcela da população.

Mas Jorge Ferreira, em seu estudo sobre o mesmo tema, mostra, também através de correspondência enviada ao chefe do governo, que muitos trabalhadores se sentiam gratos a ele pelas benesses recebidas através da nova política trabalhista (Ferreira, 1997).

Como se pode observar, a política trabalhista teve leituras diversas por parte de seus destinatários. Isto explica por que os intérpretes dessa política até hoje divergem sobre seus resultados.

PROPAGANDA POLÍTICA E PRODUÇÃO CULTURAL

O governo procurou ampliar a base de apoio através da propaganda política, arma muito importante num regime que se volta para as massas. É preci-

so lembrar que o regime nazista transformou-a num dos pilares do poder. O ministro Joseph Goebbels criou uma máquina de propaganda que serviu de modelo a vários governos em busca do apoio das massas como base de sustentação de suas políticas.

Antes do Estado Novo o governo brasileiro já se preocupava com a organização da propaganda política e da censura.⁵

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda foi fundamental nesse sentido. Ele tinha o encargo de produzir material de propaganda, incentivando a produção de cartazes, objetos, espetáculos, livros e artigos enaltecendo o poder.

Os organizadores da propaganda se valeram de símbolos e imagens na busca de consentimento e adesão da sociedade. A bandeira brasileira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. Muito significativo é o cartaz no qual se desenha o mapa do Brasil, colorido de verde e, no centro, a bandeira brasileira com a imagem de Vargas desenhada na esfera azul; ao lado havia os dizeres: “Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo são guiados pela grande trindade nacional: nossa Pátria, Nossa Bandeira, nosso Chefe.” A referência à simbologia cristã da Santíssima Trindade é clara: a sacralização dos símbolos, como bem mostrou Alcir Lenharo, emprestava maior força à imagem (Lenharo, 1986).

Havia um cartaz também bastante significativo. Nele aparecia a figura paternal de Vargas acariciando as crianças, seguida dos dizeres: “Crianças! Aprendendo no lar e nas escolas o culto à Pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito” (*Nosso Século*, apud Capelato, 1998, p. 48).

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom. Havia promessas de um futuro glorioso. As crianças aprendiam o que significava o novo através de publicações de textos em forma de diálogo: as perguntas e respostas ensinavam didaticamente o sentido das mudanças.

Nas publicações destinadas à formação cívica das crianças, como era o caso do *Catecismo cívico do Brasil Novo*, os pequenos aprendiam a importância do princípio da autoridade e da ordem. No item referente ao “Princípio da autoridade” estava posta a seguinte pergunta, seguida de resposta:

Pergunta: O exercício da autoridade suprema por um chefe não contraria a vontade do povo em uma democracia?

Resposta: Absolutamente, não. O Chefe do Estado, em um regime democrático como o que foi estabelecido no Brasil pela Constituição de novembro, é o expoente do povo, o seu representante direto [...] Obedecendo, portanto, ao Chefe que o representa, o povo, apenas, se conforma com aquilo que ele próprio deseja e é executado pelo depositário de uma autoridade por ele conferida.

A busca de legitimidade fica evidente neste texto.

No livreto *O Brasil é bom* o tema da educação aparecia da seguinte forma: “O menino, para ser um bom brasileiro, deve também saber ler. Um homem sem instrução é um homem infeliz... Por isso o governo não quer que haja brasileiros que não saibam ler. Por que o governo não quer? Porque o governo é amigo dos brasileiros e não gosta da ignorância [...]” (apud Capelato, 1998, p. 219).

Muitas biografias de Getúlio Vargas e obras laudatórias ao governo foram publicadas na época. Nelas o chefe do poder era comparado ora a um sociólogo, porque conhecia profundamente a sociedade, ora a um psicólogo, porque sabia interpretar a alma brasileira, ora a Jesus Cristo, porque se sacrificava pelo povo.

A propaganda, além de enaltecer a figura do líder e sua relação direta com as massas, demonstrava a preocupação do governo com a formação de uma identidade nacional coletiva. O sentimento de agregação e pertencimento foi muito valorizado através da associação entre Estado, Pátria, Nação e povo, como bem mostra a lição 3 do livreto *O Brasil é bom*: “Se todos os brasileiros são irmãos, o Brasil é uma grande família. Realmente, é uma grande família feliz. Uma família é feliz quando há paz no lar. Quando os membros não brigam. Quando não reina a discórdia [...] O chefe do governo é o chefe

do Estado, isto é, o chefe da grande família nacional. O chefe da grande família feliz [...]”

Amor, paz, felicidade, generosidade, concórdia constituíam os elementos que compunham a estrutura afetiva organizada para propor a unidade em torno de um todo harmônico. Ao estimular esses sentimentos, pretendia-se neutralizar os conflitos através da formação da identidade nacional coletiva (Capelato, 1998, p. 246-247).

A produção artística cultural engajada ficou a cargo do ministro da Educação, Gustavo Capanema, responsável pela orientação cultural no período. A política cultural do varguismo foi coerente com a concepção de Estado que orientou a atuação do governante. Em nome de valores políticos, ideológicos, religiosos e morais, os representantes do regime justificaram a proibição ou valorização de produtos culturais. O poder político definiu, em última instância, o que deveria ser produzido e incentivou certas obras em detrimento de outras. A defesa da intervenção estatal na cultura, entendida como fator de unidade nacional e harmonia social, caracterizou esse período. A cultura foi entendida como suporte da política e nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram.

O governo considerava importante a intervenção do Estado na cultura, entendida como fator de unidade nacional. Nessa perspectiva, a arte e o saber descompromissados foram questionados por Getúlio Vargas nos seguintes termos: “Não tenho, como é moda, desdém pela cultura ou menosprezo pela ilustração [...]. No período de evolução em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade.”⁶

Esse discurso enfatiza a necessidade de que a cultura atingisse setores excluídos desses benefícios, mas a referência à coletividade explicita a perspectiva de que a cultura tinha uma tarefa política, ou seja, de contribuir para a unidade nacional (Velloso, 2003).

O regime varguista concebeu e organizou a cultura com os olhos voltados para as experiências européias nazi-fascistas. Na Alemanha e na Itália a cultura era entendida como suporte da política. No Estado Novo brasileiro essa concepção também orientou a política cultural, mas os resultados foram diferentes.

No Estado Novo a função do artista foi definida como socializadora em nível nacional e unificadora em nível internacional. Deveria cumprir a missão de testemunho do social, o que em muito ultrapassava a mera produção de beleza. A arte se vinculava ao nacional. Para exprimir os sentimentos sociais o artista deveria se inspirar em nossos temas e motivos mais típicos (Goulart, 1990, p. 100). Nesse contexto, a arte se voltou para fins utilitários em vez de ornamentais e, através dela, buscou-se ampliar e divulgar a doutrina política do governo.

A partir dessas concepções, o varguismo atuou ante a produção cultural do período que se inseria num projeto político.

O apoio de intelectuais e artistas ao Estado Novo e a convivência "pacífica" dos que se opunham ao governo autoritário com o Ministério da Educação, representado por Capanema, permitem explicar uma das características peculiares do regime. Segundo alguns autores, a postura controversa de Gustavo Capanema, que esteve à frente do ministério entre 1934 e 1945, foi responsável pela atitude conciliatória e ambígua do Estado Novo no plano da cultura, que até hoje causa perplexidade entre os analistas do período. O ministro tinha especial preocupação com o desenvolvimento da cultura e procurava impedir que "a nacionalidade incipiente fosse ameaçada por outras culturas e ideologias". Pertencera, nos anos 20, ao grupo de intelectuais mineiros com os quais continuou mantendo contato nas décadas posteriores.

Como mostra Sérgio Miceli, personalidades de diferentes tendências gravitaram em torno do Ministério da Educação. O autor considera que a gestão Capanema erigiu uma espécie de território livre infenso às salvaguardas ideológicas do regime (Miceli, 1979, p. 161). Entre os nomes que ocupavam postos junto a esse ministério, muitos deles não se identificavam ideologicamente com o regime, como era o caso do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do ministro, que em 1945 declarou-se simpatizante do comunismo.

Não só a revista do DIP — *Cultura Política* (dirigida por Almir de Andrade) —, mas também os jornais varguistas *A Manhã* (dirigido por Cassiano Ricardo) e *A Noite* (dirigido por Menotti del Picchia) publicaram artigos de autores com posições político-ideológicas bem diversas: da extrema direita católica aos comunistas.

A produção cultural, a exemplo do que ocorria no fascismo e no nazismo, era controlada pelo DIP. Os diferentes campos artísticos foram organizados e concebidos nos mesmos moldes. Cabia às divisões do DIP organizar, estimular e divulgar a produção artística, popular e erudita; esperava-se que as artes se transformassem em elementos formadores das massas. Além da feição estética, essas iniciativas deveriam atingir os objetivos de educação cívica, colaborando para consolidar o sentimento de nacionalidade.

O limite da tolerância era a proibição do exercício da crítica. Apesar dessa restrição, a proximidade de intelectuais independentes com órgãos de cultura do Estado mostra que o espírito de conciliação predominou nas relações entre política e cultura durante o Estado Novo. A política de conciliação no campo da cultura permite afirmar que havia uma diferença importante do regime brasileiro em relação aos modelos alemão e italiano.

O cinema, o teatro, a música, as artes plásticas foram valorizados durante o Estado Novo, mas não da mesma forma ou com igual intensidade.

O cinema recebeu especial atenção porque nessa época a imagem passou a ser considerada como instrumento importante para a conquista das massas. Os ideólogos do Estado Novo e o próprio Vargas demonstraram grande interesse nesse campo. O governante concebia o cinema como veículo de instrução e, nesse sentido, declarou "o cine será o livro de imagens luminosas em que nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil. Para a massa de analfabetos, será a disciplina pedagógica mais perfeita e fácil".

Com o apoio do governo, a indústria cinematográfica, até então deficitária, pôde equilibrar-se. Alguns cineastas batalharam para fazer do Estado o grande mecenas do cinema brasileiro, reivindicando, portanto, que ele desempenhasse um papel ativo e protetor dessa atividade cultural para fazer frente ao cinema norte-americano, muito bem situado no mercado brasileiro. Atendendo aos apelos da classe, o governo decretou, em 1932, a lei de obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais. Com o apoio de Vargas, a indústria cinematográfica, até então deficitária, conseguiu equilibrar-se. Getúlio Vargas foi considerado pela categoria beneficiada como o "pai do cinema brasileiro". Um "cinematólogo" entusiasta enalteceu o governante protetor do cinema nacional, argumentando que "[...] o coitadinho era um fedelho raquítico, enfezado, quase a morrer à míngua [...]", mas Vargas deu

existência real ao cinema brasileiro: "Tonificou-lhe o anemizado organismo, injetou-lhe força, energia, descobrindo, para isso, como se descobrisse um ovo de Colombo, a mais benéfica e providencial das vitaminas: o 'short' brasileiro de exibição obrigatória, estabelecida pelo decreto nº 21.240, de abril de 1932."⁸

Coube ao Instituto Nacional de Cinema Educativo a tarefa de organizar e editar filmes educativos brasileiros. A Divisão de Cinema e Teatro do DIP ficou encarregada de realizar a censura prévia dos filmes e a produção do *Cine Jornal Brasileiro*.

Os documentários cinematográficos, de exibição obrigatória, mostravam as comemorações e festividades públicas, as realizações do governo e os atos das autoridades. A intensidade da produção de documentários pelo DIP gerou protestos dos produtores, que a consideravam uma forma de concorrência desproporcional, já que os exibidores preferiam cumprir a lei de obrigatoriedade com os filmes produzidos pelo governo. Havia concursos, com prêmios em dinheiro, para os melhores documentários, o que levava os produtores a abordarem temas do agrado do regime (Garcia, 1982, p. 104-105).

Filmes de ficção, como *Argila*, *Romance proibido*, *Aves sem ninho* e *Caminhos do céu*, também foram realizados no período com o mesmo objetivo. Mas eles não conseguiram competir com as produções norte-americanas. O mercado brasileiro, à época, já era bom receptor dos filmes hollywoodianos. Como mostra Cláudio Aguiar Almeida, esse tipo de filme não cumpriu a tarefa de tornar-se "agitador das almas", como pretendiam os incentivadores do cinema nacional. As "almas brasileiras continuaram entregues ao culto dos heróis, divas e ideais veiculados por Hollywood" (Almeida, 1993, p. 203).

Os ideólogos nacionalistas preocuparam-se também com a música brasileira. Havia incentivo às músicas cujas letras fossem adequadas aos valores apregoados pelo regime, como era o caso da exaltação do trabalho e da nacionalidade. O melhor exemplo nesse sentido foi a "Aquarela do Brasil" de Ary Barroso. Alguns autores foram pressionados a modificar a letra de sambas: a que enaltecia a malandragem teve de ser alterada. É bem conhecido o caso de Wilson Batista, "malandro" consagrado que acabou compondo, com Atauífo Alves, o samba "Bonde de São Januário", em 1941, cuja letra afirma: "quem trabalha é quem tem razão/eu digo e não tenho medo de errar/o

bonde de São Januário/leva mais um operário/sou eu que vou trabalhar/antigamente eu não tinha juízo, mas resolvi garantir o meu futuro/sou feliz, vivo muito bem/a boêmia não dá camisa a ninguém/e digo bem" (Haussen, 1992, p. 81).

Heitor Villa-Lobos foi a grande personalidade musical associada ao Estado Novo. Seu trabalho visava a desenvolver a educação musical artística através do canto coral popular, ou seja, o canto orfeônico. Segundo o compositor: "nenhuma arte exerce sobre as massas uma influência tão grande quanto a música. Ela é capaz de tocar os espíritos menos desenvolvidos, até mesmo os animais. Ao mesmo tempo, nenhuma arte leva às massas mais substância". Acreditava, ainda, que a falta de unidade de ação e de coesão, necessárias à formação de uma grande nacionalidade, poderia ser corrigida pela educação e pelo canto: "o canto orfeônico, praticado pelas crianças e por elas propagado até os lares, nos dará gerações renovadas por uma bela disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à pátria". O compositor saiu a campo para divulgar suas idéias; fez conferências e concertos pelo Brasil afora e formou um coral de dez mil vozes para o canto de hinos patrióticos e educação de sentimentos cívicos (Schwartzman, 1984, p. 90).

No que se refere às artes plásticas, a pintura também foi concebida com instrumento de formação nacional. Os murais do Ministério da Educação encomendados por Capanema a Cândido Portinari expressam a ideologia do regime. Cabe lembrar que o ministro, nessa ocasião, defendeu e protegeu Portinari contra as acusações de esquerdista e comunista. Os temas sugeridos para composição dos quadros são reveladores: eles mostram aspectos fundamentais da evolução econômica, da vida popular, os tipos nacionais como o gaúcho, o sertanejo, o jangadeiro (Schwartzman, 1984, p. 95).

A arquitetura foi concebida, como na Alemanha e Itália, com o objetivo de demonstrar a grandiosidade e a pujança do poder. Nessa perspectiva foram realizadas algumas construções de edifícios públicos, como o Ministério da Educação e Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério da Guerra, Central do Brasil. Vargas, ao inaugurar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1938, associou a solidez arquitetônica da construção à obra de integração social iniciada com a Revolução de 1930 (Garcia, 1982, p. 109).

Entre os ministros de Vargas, Capanema notabilizou-se pela extrema capacidade de conciliação. Sua atuação conferiu peculiaridade ao regime brasileiro pelo fato de ter acolhido intelectuais e artistas de diferentes tendências ideológicas num regime de natureza autoritária. Getúlio Vargas, por sua vez, era benquisto entre os "trabalhadores" do rádio, teatro e cinema em virtude das leis que regulamentaram o exercício dessas profissões. O depoimento de Mário Lago, à época comunista e opositor do Estado Novo, revela bem a relação amistosa do chefe do governo com a classe artística:

[...] O Getúlio tinha a admiração dos artistas por uma razão muito simples. Foi o autor da lei que praticamente regulamentou a profissão e do direito autoral, que deu uma estrutura ao recebimento desse direito — a lei Getúlio Vargas. Razão por que havia uma aura de ternura, de agradecimento, de gratidão do artista à sua figura [...] Todo 31 de dezembro havia uma serenata no jardim do Palácio da Guanabara e o pessoal ia voluntariamente [...] (Lago, citado em Haussen, 1992, p. 85).

Evidentemente, nem todos tinham motivos para ser gratos ao regime e ao chefe do governo. Os que foram atingidos pela censura sentiram na pele as conseqüências do autoritarismo vigente. As pressões para produzir o que era interessante ao governo também deixavam clara a natureza política dos projetos culturais.

A forma autoritária do poder garantida pela Constituição de 1937 certamente impediu a divulgação de obras críticas.

Durante o Estado Novo, alguns produtores de cultura foram vítimas da censura e outras formas de repressão, mas houve aqueles que se sentiram beneficiados. Muitos intelectuais foram convocados a participar da organização do novo Estado e a teorizar sobre a "questão nacional" ou a criar obras de artes, adequadas aos propósitos do novo poder. Essa participação, em última instância, serviu para legitimar o Estado oriundo de um golpe e conferir ao regime uma "cara" mais benevolente.

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA AO ESTADO NOVO

A organização da propaganda e da repressão constituiu os dois pilares de sustentação do regime.

A propaganda, fortemente inspirada no modelo instituído na Alemanha pelo ministro Joseph Goebbels, tinha como objetivo conquistar corações e mentes para a nova política e a polícia exercia repressão aos opositores do regime, tendo como tarefa garantir a nova ordem.

Houve repressão forte — prisões, tortura, exílios, censura —, que atingiu tanto os considerados subversivos (comunistas, socialistas, anarquistas) como os opositores liberais.

Jornais foram controlados e *O Estado de S. Paulo* acabou sendo expropriado pelo governo.

As vítimas da repressão não foram poucas. Ela já mostrara suas garras a partir de 1935 e a Carta de 1937 conferiu-lhe legalidade. Nas masmorras do Estado Novo muitos permaneceram presos e muitos foram torturados. Os revolucionários de 1935 foram torturados e receberam penas altas. Muitos foram espancados, tiveram os corpos queimados. A mulher do líder comunista Luís Carlos Prestes, Olga Benário, foi entregue aos alemães e acabou morrendo num campo de concentração.

O Tribunal de Segurança Nacional fora criado em 1936 para julgar os participantes do levante comunista de 1935. A partir do Estado Novo, também passou a julgar seus adversários políticos. A polícia política do Distrito Federal foi chefiada por Filinto Müller, um militar de carreira. Filho da oligarquia mato-grossense, participou dos levantes tenentistas em 1922, 1924 e da Coluna Prestes. Foi exilado na Argentina e, ao voltar ao Brasil, integrou-se na Revolução de 1930. Foi chefe da Guarda Civil do Rio de Janeiro e do Departamento de Ordem Política e Social. Como chefe da polícia política do Estado Novo, teve papel fundamental na manutenção da ordem pública e, como tal, foi responsável pela repressão aos opositores do regime. Posteriormente não só admitiu que houve tortura no Estado Novo, mas também responsabilizou-se por ela.

Não só os subversivos comunistas, mas também os integralistas, foram alvo de repressão do Estado. Embora houvesse coincidência de pontos de

vista entre a ideologia estado-novista e a integralista, os camisas-verdes representavam um partido que almejava ascender ao poder. Getúlio Vargas prometera o Ministério da Educação ao líder do movimento, Plínio Salgado, mas, além de não cumprir a promessa, excluiu-o do poder por se tratar de um movimento claramente identificado com os nazi-fascistas, com os quais o governo tinha afinidades mas procurava não se identificar explicitamente.⁹

Também foram reprimidos os que tentaram organizar o nacional-socialismo no Brasil.¹⁰ O golpe de 1937 colocou os nazistas na ilegalidade, mas eles continuaram a agir clandestinamente. A repressão intensificou-se a partir da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. Nesse contexto, não só os nazistas, mas todos os alemães, passaram a ser considerados inimigos da pátria.

Apesar da intensa repressão e ausência de liberdade de expressão, a oposição ao regime e seu chefe, mesmo proibida, não deixou de ser manifestada. Como exemplo, cabe mencionar o caso de professores e alunos do ensino superior que procuraram organizar uma reação contra a ditadura.

Na Faculdade de Direito de São Paulo desenvolveu-se, logo no início do Estado Novo, o foco mais significativo de oposição ao regime. John Foster Dulles descreveu, em detalhes, esse movimento (Dulles, 1984, p. 87-88).

Vários políticos partiram para o exílio no exterior, como foi o caso de Armando de Sales Oliveira, que chegou a ser preso, Flores da Cunha e Otávio Mangabeira. Em São Paulo, passaram pela prisão Tiradentes os políticos Paulo Nogueira Filho, Antônio Pereira Lima e Antônio Carlos de Abreu Sodré.

Também foram perseguidos jornalistas como Paulo Duarte e Júlio de Mesquita Filho. Este último era proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo* e um dos principais articuladores da revolução de 1932, bem como da campanha de Armando de Sales Oliveira para a Presidência da República.

Julio de Mesquita Filho colaborara com Paulo Duarte na publicação do jornal clandestino *Brasil*. Os dois jornalistas, bacharéis pela São Francisco, se juntaram à luta dos universitários: foram presos várias vezes e acabaram se exilando, antes do fechamento e expropriação do *Estado de S. Paulo*, em 1940, por ordem da ditadura.

A repressão provocou resistências. Sampaio Dória, advogado e professor de Direito, atacava a Carta Constitucional de 1937, recusando-se a con-

siderá-la como digna de estudo em sala de aula; por isso, acabou desistindo de ensinar Direito Constitucional.

Havia uma ligação entre políticos, jornalistas, professores e estudantes da São Francisco. Pedro Ferraz do Amaral jornalista do *Estado de S. Paulo*, distribuiu panfletos contra o Estado Novo; era amigo dos estudantes de Direito e conspirava com eles. Os professores Waldemar Ferreira, Vicente Rao e Antônio Sampaio Dória, considerados mais adversos ao regime, foram demitidos por orientação de Getúlio Vargas e readmitidos em maio de 1941 (Dulles, 1984, p. 110-111).

Em meados de julho de 1938 os estudantes tiveram conhecimento da visita de Vargas a São Paulo. Alguns membros do Centro Onze de Agosto viram aí uma oportunidade para fazer com que o Centro declarasse o presidente *persona non grata*. Os estudantes de Direito conseguiram realizar a publicação de seis números do jornal *Folha Dobrada*. Uma ilustração na primeira página mostrava uma espada e um capacete sobre um livro aberto, com uma de suas folhas parcialmente dobrada. Em editorial, exigiam representação popular, sufrágio universal, liberdade de expressão e uma "Constituição do povo" (Dulles, 1984, p. 113-114).

Além da Faculdade de Direito de São Paulo, considerada principal foco de resistência a Vargas, outras organizaram movimentos contra a ditadura: nas faculdades de Direito do Distrito Federal e de Salvador a reação foi liderada por estudantes comunistas; nas Faculdades Politécnicas e de Medicina de São Paulo houve participação de comunistas e liberais.

Em agosto de 1937 foi fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE), mantida durante o Estado Novo. O Segundo Congresso Nacional dos Estudantes foi realizado em dezembro de 1938 em plena vigência da ditadura. A entidade manteve-se neutra até o momento que antecedeu o posicionamento do governo brasileiro no conflito mundial. Após o afundamento dos navios brasileiros, os estudantes, tendo a UNE à frente, fizeram manifestações em favor dos Aliados; o ápice foi a marcha de 4 de julho de 1942, ato inédito e de grande repercussão no Estado Novo.

1942: UM DIVISOR DE ÁGUAS NO ESTADO NOVO

As manifestações em favor da declaração de guerra ao Eixo se intensificaram nesse ano. Nas grandes cidades brasileiras, multidões foram às ruas para pressionar o governo.

A Segunda Guerra Mundial teve início em 1º de setembro de 1939 com a invasão da Polônia pelos exércitos de Hitler.¹¹ A partir dessa primeira vitória muitas outras se sucederam. Mas os nazistas sofreram grande derrota na Rússia, o que serviu para mostrar que a invencibilidade apregoada pelo líder alemão era um mito.

O governo Vargas mantinha-se como observador do conflito, sem declarar preferências por qualquer dos lados beligerantes. Mas, a partir da derrota da Alemanha e das pressões do governo americano, bem como da população brasileira, começou a preparar-se para a entrada no conflito.

Antes da Guerra, o governo alemão procurara ampliar a área de influência na América Latina, região que já se caracterizava pela forte presença norte-americana no plano econômico e político. O mercado brasileiro foi um dos alvos privilegiados da concorrência da Alemanha com os EUA na região. Além da importância do mercado brasileiro, a presença da colônia alemã no país explica o interesse desse país pelo Brasil.

Os resultados foram significativos: nessa época o comércio brasileiro com a Alemanha aumentou muito, chegando a ocupar o segundo lugar, enquanto os EUA ocupavam o primeiro.

No início do conflito, como foi dito, o governo brasileiro procurou manter a neutralidade, apesar das afinidades que o regime vinha demonstrando com os modelos fascistas (italiano e alemão). Getúlio Vargas fez um jogo duplo entre os seus dois maiores parceiros comerciais, procurando tirar proveito dessa situação. A neutralidade era vantajosa do ponto de vista comercial, e além disso, o governo brasileiro mostrava-se cauteloso, procurando observar o desenrolar dos acontecimentos.

Entre os ideólogos e funcionários do governo havia divergências de posições. A ala germanófila no governo era forte. O próprio Vargas se mostrara favorável a uma aproximação com os alemães em 1940. O ministro da Justiça, Francisco Campos, elogiava abertamente Hitler, o chefe da polícia polí-

tica, Filinto Müller, e o diretor do DIP, Lourival Fontes, também eram dessa tendência. O ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e o general Góis Monteiro eram favoráveis à Alemanha, pois, além das afinidades ideológicas, o comércio de armas com aquele país era importante nessa época. Mas havia os defensores dos EUA, como era o caso do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. Quando o Brasil declarou guerra ao Eixo, os favoráveis ao Eixo foram substituídos no poder.

O governo não admitia semelhança como os regimes nazi-fascistas, procurando enfatizar a originalidade do Estado Novo. Mas compartilhava muitas das idéias postas em prática nesses regimes: legislação social, propaganda política, representação corporativista, e até mesmo o anti-semitismo se fez presente em certas esferas, sobretudo na política de imigração.

Quando os EUA entraram na guerra, depois do ataque japonês a Pearl Harbor (Havaí), a pressão dos norte-americanos sobre os países latino-americanos para acompanhá-los foi intensa. No início de 1942 houve uma conferência interamericana de chanceleres no Rio de Janeiro, na qual o Brasil, representado por Oswaldo Aranha, propôs ruptura diplomática e comercial com o Eixo (em troca os EUA forneceriam armamentos ao país para a defesa do território). Chile e Argentina recusaram a proposta.

Depois dessa conferência, a Alemanha reagiu e ordenou que navios brasileiros fossem bombardeados. As manifestações de repúdio ao Eixo se espalharam por todo o país. Alemães e japoneses passaram a ser hostilizados pela população: estabelecimentos comerciais, empresas, residências, escolas, clubes foram atacados pela população em fúria contra esses "estrangeiros".

Em 1942, a partir de fevereiro, foram bombardeados 21 navios brasileiros. Com o afundamento dos navios pelos alemães, o clima de hostilidade contra o nazismo se acentuou no país e a sociedade se manifestou. Em junho desse ano começaram as passeatas em favor da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. Em 31 de agosto o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália e posicionou-se em favor dos Aliados. A partir desses episódios, o apoio a Getúlio Vargas intensificou-se e até mesmo o Partido Comunista definiu-se pela "união nacional" em torno do chefe do governo.

Em meados de 1944 a Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi para a Itália juntar-se às tropas norte-americanas. Tanto a ida quanto a volta

dos pracinhas foram cercadas de manifestações populares. O desfile da vitória no Rio de Janeiro foi uma festa popular e os pracinhas foram recebidos como heróis, e assim permaneceram na memória dos brasileiros da época. Mas a guerra não é uma festa e os jovens pagaram em preço alto: permaneceram cerca de oito meses na Itália, uma terra desconhecida, e enfrentaram um frio rigoroso. Houve muitas mortes e muitos voltaram mutilados.

AS CONTRADIÇÕES DA DITADURA E SUA QUEDA

Com a vitória dos Aliados foram postas em xeque as ditaduras e isso favoreceu os opositores de Vargas. As contradições do Estado Novo, um regime internamente autoritário e externamente favorável à democracia, tornaram-se explícitas e isto enfraqueceu o prestígio do "ditador", que passou a ser alvo de oposição mais sistemática.

O dilema enfrentado pela ditadura era o seguinte: como lutar pela democracia externamente e manter o Estado autoritário internamente. A pressão popular, que exigiu a entrada do Brasil na guerra com os Aliados, já dera mostras dessa tensão, que se foi agravando até o fim do conflito.

Havia sinais visíveis de que o regime se debilitava. O governo conseguiu impedir que a imprensa divulgasse as primeiras manifestações contrárias a ele, mas em 1945 já não podia abafá-las. Os liberais, pouco a pouco, recuperaram a voz e os cooptados não tardaram a retirar o seu apoio ao regime. A fala apologética foi substituída pelo discurso de oposição, engavetado desde 1937.

Além da contradição político-ideológica, a entrada do Brasil na guerra tornou mais difícil a vida dos brasileiros. A falta de víveres, o aumento do custo dos produtos essenciais, a necessidade de a classe média apelar para o câmbio negro produziram descontentamentos, a impopularidade do governo cresceu, favorecendo a organização das oposições (Carone, 1976, p. 285-298).

A partir de 1943 o governo, enfraquecido, enfrentou uma resistência sistemática, que partiu de vários setores da sociedade. No entanto, nos pri-

meiros anos da ditadura, essa resistência era muito limitada, tendo como principal expressão os estudantes e professores do Largo de São Francisco.

O advento do Estado Novo, fruto de um golpe apoiado por militares e pelas forças conservadoras da sociedade, não se originou de um movimento de massas nem se caracterizou pelo aspecto mobilizador, como ocorreu em outros países nesse período. Considerando o povo brasileiro inepto para a participação política (a grande massa de analfabetos servia de reforço para esse argumento), os ideólogos do poder, que organizaram o Estado pelo alto, tinham a preocupação de conquistar as elites, consideradas peças importantes na construção de um novo país. A proposta de consenso era mais dirigida a elas. No entanto, pouco a pouco, através de medidas que atendiam às reivindicações populares, os apelos para que dessem apoio ao governo foram frutificando: entre os trabalhadores, Getúlio Vargas acabou ganhando muitos adeptos. A novidade da política de massas consistia no fato de que esses atores foram chamados a estar presentes, ainda que sob controle, na cena política.

O discurso estado-novista valorizava os setores populares, invertendo uma fala que sempre imputou ao povo a responsabilidade dos males do país; a partir dos anos 30, as elites de outrora foram criticadas pelo seu distanciamento da "alma da nacionalidade", deixando-se fascinar pelos exemplos alienígenas. Esse tipo de argumento justificava a intervenção do Estado na organização social, política e cultural: ele era apontado como a única entidade capaz de comandar a construção da identidade nacional. Elaborou-se, então, um projeto político-pedagógico para educar as massas (Velloso, 1987, p. 46-48).

Os getulistas acusaram os críticos do regime pela pretensão de fazer recuar o progresso, por quererem recuperar aspectos de um passado morto, por darem marcha à ré no tempo e sustarem o surto glorioso de uma evolução. Para contestar os oposicionistas, ainda salientaram: "O Brasil, mercê do governo Vargas, cresceu tanto em prestígio que se enquadra entre as seis grandes nações do mundo."¹²

Mas o enaltecimento dos feitos do Estado Novo não impediu a queda do regime. Ao perceberem que o processo de redemocratização era irreversível, os getulistas mudaram de tática e passaram a atribuir ao governo o mérito desse movimento. A imprensa governista afirmou que "[...] o magnânimo

chefe, por um ato de generosidade, benevolência e clarividência, concedeu a democracia aos brasileiros".¹³ Os opositores reconheciam que o chefe do governo promovera o progresso material dentro da ordem mas não soubera conciliar a ordem com a liberdade.

As manifestações em favor da liberdade foram acontecendo a partir de 1943: o "Manifesto dos Mineiros", assinado por intelectuais, políticos e empresários, alegava o seguinte: "Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam." Esse argumento explicitava bem a contradição do governo. O jornal *Resistência*, fundado em 1944, circulava clandestinamente exigindo redemocratização do país. Os oficiais da FEB pediram ao general Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra, que foi visitá-los na Itália, a volta da democracia.

O ministro Oswaldo Aranha demitiu-se do posto de ministro em protesto contra a repressão promovida contra os que exigiam a volta da liberdade. Estudantes e políticos foram presos por esse motivo. Em 1945, o I Congresso Brasileiro de Escritores, ocorrido em São Paulo, exigiu a volta da legalidade e do sistema eleitoral mediante sufrágio universal. O general Góis Monteiro manifestou-se em favor das eleições; em fevereiro, o governo assinou um Ato Adicional, fixando eleições num prazo de 90 dias.

O período que se seguiu foi de intensa agitação. Em meio às greves contra a alta do custo de vida e os baixos salários, às manifestações pró-anistia, os partidos foram se constituindo e definindo candidatos à Presidência da República. A União Democrática Nacional, fundada em fevereiro, indicou o nome do brigadeiro Eduardo Gomes; o Partido Social Democrático (PSD), criado em Minas Gerais, apoiou o nome do general Dutra.

O Partido Trabalhista Brasileiro estabeleceu-se logo a seguir, por iniciativa dos correligionários de Vargas, a ele cabendo a presidência do partido. Em julho, a direção do PSD também convidou Getúlio Vargas para assumir a presidência dessa agremiação. A presidência dos dois partidos evidencia a força política do líder do Estado Novo e seu prestígio tornou-se ainda mais visível a partir dos seguintes episódios: nesse mesmo mês houve uma manifestação dos comunistas, realizada no estádio do Pacaembu, em São Paulo,

na qual o líder Luís Carlos Prestes lançou a campanha da "Constituinte com Getúlio" e em agosto surgiu o movimento "queremista", lançado por líderes sindicais e funcionários do Ministério do Trabalho, que, em passeata pública, gritavam "Queremos Getúlio! Queremos Getúlio!"

O movimento prosseguiu provocando a reação dos adversários. Em 29 de outubro, um golpe militar depôs Getúlio Vargas, que renunciou ao governo, retirando-se para sua terra natal em São Borja.

BALANÇO FINAL

O regime caiu sem resistência. Mas a história mostraria que o derrotado foi o Estado Novo, e não seu presidente, que voltaria ao poder em 1951, escolhido pelo voto e com a preferência de amplos setores sociais, populares principalmente. Antes disso, Vargas mostrava força política nas eleições de 1946, quando elegeu para a Presidência da República o seu candidato Eurico Gaspar Dutra, vencendo o candidato da oposição udenista Eduardo Gomes.

O Estado Novo se encerrou em 1945, mas a presença de Vargas na política foi bem mais longe. A era Vargas é sempre mencionada por admiradores e opositores como um momento especial da história brasileira, e Getúlio Vargas se impôs como um dos principais expoentes da política brasileira. Para criticar ou elogiar, o varguismo continua sendo uma referência essencial para a compreensão da história política brasileira. Não é por acaso que os historiadores têm revisitado, com tanto interesse, essa época, mas sobretudo o Estado Novo, que, apesar de exorcizado pelo seu aspecto claramente autoritário, foi o período em que ocorreram mudanças importantes como a Consolidação das Leis do Trabalho, considerada a maior herança do varguismo. Mas cabe esclarecer que, se, por um lado, a legislação social representou o atendimento a uma antiga reivindicação dos trabalhadores, o preço dessa conquista foi a perda de liberdade do movimento operário, que passou a ser controlado pelo Estado.

Para finalizar, seria importante tentar responder à questão enunciada no título deste texto, ou seja, o que trouxe de novo o Estado Novo?

Esse regime implicou perdas e ganhos para as classes populares. A questão social deixou de ser um "caso de polícia" como no período anterior, mas passou a ser um caso de Estado e muitas lutas tiveram de ser travadas para que esse passado fosse superado.

No plano político, o autoritarismo, que sempre marcou presença na sociedade brasileira, foi reforçado nesse período. Foi introduzida no país uma nova cultura política, que transformou a cidadania numa peça do jogo do poder. As liberdades relativas que existiam no período anterior foram extintas nesse momento em nome do progresso dentro da ordem.

O progresso material, sinônimo de desenvolvimento econômico, de fato ocorreu, demonstrando que a meta primeira do governo estado-novista foi atingida em parte. O Brasil, nessa época, deu um salto em termos de superação do "atraso", mas os resultados não chegaram a beneficiar as classes populares como um todo, pois o desemprego era apontado como um dos problemas mais sérios do momento. Além disso, a alta do custo de vida e os baixos salários foram responsáveis pela insatisfação daqueles que o governo elegera como os principais beneficiários de sua política.

Levando em conta os aspectos positivos e negativos do regime de 1937, é possível concluir que as mudanças ocorridas nesse período foram de enorme importância para o futuro do país. Esta é a razão que explica o grande interesse dos historiadores atuais pelo tema.

NOTAS

1. Ver Ferreira, Jorge (2001).
2. Retomando a questão do conceito de "populismo", que não se pretende abordar neste texto, é necessário apenas indicar um aspecto importante da crítica que certos autores fazem às análises que o utilizam como referencial para interpretação. Trata-se de um conceito muito abrangente, que não leva em conta mudanças conjunturais importantes. No caso do Brasil, alguns autores tomam como periodização para a definição do populismo o período de 1930 a 1964, que ultrapassa a era Vargas; outros se referem ao populismo relacionado apenas ao varguismo, levando em conta as décadas de 1930 e 40 e o governo presidencial de 1951 a 1954. Outros ainda consideram apenas este período como "populista".

3. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27 de novembro de 1935.
4. O estado de guerra foi prorrogado ininterruptamente, desde o levante comunista até junho de 1937, quando líderes das bancadas e o ministro da Justiça, Macedo Soares, decidiram por sustá-lo. No entanto, em outubro do mesmo ano, sob pretexto da iminência de um novo golpe comunista, em virtude de um plano recentemente descoberto, o Executivo solicitou mais uma vez a declaração do estado de guerra. Tratava-se do Plano Cohen, forjado pelos integralistas e manipulado habilmente pelo governo como se fosse verdadeiro com o intuito de prolongar a excepcionalidade. Em 30 de setembro de 1937, os jornais noticiaram que o estado-maior do Exército descobrira um plano de insurreição comunista planejado pelo Comintern e assinado por um nome judaico, "Cohen". As instruções teriam sido apreendidas pela polícia do Partido Integralista e encaminhadas a um oficial integralista que servia ao estado-maior do Exército. Pelas discussões realizadas na Câmara, havia fortes desconfianças a respeito da veracidade do plano e alguns parlamentares expressaram isso. No entanto, posta a questão em votação, a concessão do estado de guerra foi aprovada por 138 votos contra 52. O documento serviu de pretexto para o golpe do Estado Novo.
5. Em 1931 foi criado o Departamento Oficial de Propaganda, que se transformou em Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural. Em 1939 foi criado, por decreto do governo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado à Presidência da República, tendo como funções centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional interna ou externa. Cabia a esse órgão realizar a censura do teatro, do cinema, do rádio, da literatura, da imprensa, das atividades recreativas e esportivas. Deveria, também, promover e patrocinar manifestações cívicas, exposições para demonstrar as realizações do governo, produzir cartilhas para crianças, documentários, jornais nacionais, de exibição obrigatória em todos os cinemas. O DIP passou a ser dirigido pelo jornalista Lourival Fontes, afinado com os ideais do Estado Novo. Em cada estado havia um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Todos os jornalistas tinham de ter registro nesse órgão. Ele foi responsável pela criação de duas revistas: *Cultura Política* e *Ciência Política*. A primeira publicava artigos elaborados por intelectuais orgânicos que produziam discursos de orientação ideológica sobre o Estado Novo, destinados a um público seletivo. A segunda era produzida por intelectuais de menor peso e se dirigia ao grande público; caracterizou-se como "escola de patriotismo", fazia proselitismo político, difundindo os ensinamentos do Estado Novo. Na imprensa e no rádio, o controle foi mais intenso, pois, além da censura, o DIP ficou encarregado de incorporar jornais oposicionistas e criar órgãos novos. A Rádio Nacional foi encampada em 1940, os jornais *A Manhã* do Rio de Janeiro, dirigido por Cassiano Ricardo, em 1941 e *A Noite* de São Paulo, em 1942, expressavam a voz do governo. Em março de 1940 o jornal *O Estado de S. Paulo* sofreu intervenção e passou a seguir a orientação do governo.
6. Getúlio Vargas, discurso proferido em 5/1/1940. Vargas, *s/d.*, p. 346.

7. Citado em Barreto Filho, Mello. *Anchieta e Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: DIP, 1941, p. 135-136.
8. Citado em *idem*, p. 119.
9. Um grupo de integralistas, em março de 1938, tentou dar um golpe, que foi reprimido pelas forças do governo. Houve várias prisões que logo foram relaxadas. Em 10 de maio ocorreu nova tentativa na Guanabara, mas os rebeldes logo se renderam ou fugiram. Alguns foram fuzilados perto do palácio do governo e cerca de 1.500 foram presos no Rio. No ano seguinte Plínio Salgado foi deportado para Portugal.
10. O primeiro núcleo do Partido Nacional-socialista surgiu em 1931 em Porto Alegre e chegou a fundar um jornal dirigido à colônia alemã na região. Começaram a expandir-se em 1933 no sul do Brasil, onde praticavam atos de violência. Nesse ano a sede do partido foi instalada no Rio de Janeiro. Em 1934, conseguiram organizar uma manifestação no 1º de maio com 6.000 pessoas em Porto Alegre. Foi criado, em 1935, o Círculo Teuto-brasileiro com o mesmo objetivo.
11. Na guerra, as forças estavam divididas por países: compuseram o Eixo a Alemanha, a Itália e o Japão. O bloco dos Aliados foi liderado pela Inglaterra e França, apoiado pela Rússia e Estados Unidos, que entraram na guerra posteriormente. Em 1940 as tropas alemãs invadiram a Dinamarca e Noruega, os Países Baixos, a Bélgica e a França. O êxito das investidas alemãs era surpreendente. Em 1941 alemães, húngaros e búlgaros tomaram a Iugoslávia. A seguir, com o auxílio de tropas romenas, húngaras e finlandesas, o Exército alemão atacou a União Soviética, mas foi então que sofreu a primeira derrota significativa.
12. *A Noite*. São Paulo, 28 de fevereiro de 1945.
13. *Idem*.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Claudio Aguiar. 1999. *O cinema como "agitador das almas"*. Argila, uma cena do Estado Novo. São Paulo: FAPESP/Anna Blume.
- Cancelli, Elizabeth. 1993. *O mundo da violência*. A política da era Vargas. Brasília: UnB.
- Capelato, Maria Helena. 1998. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e peronismo*. Campinas: Papyrus/São Paulo: FAPESP.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci. 1988. *O anti-semitismo na era Vargas*. São Paulo: Brasiliense.
- Carone, Edgar. 1976. *Estado Novo*. Rio de Janeiro: Difel.
- Contier, Arnaldo. 1988. *Brasil novo: música, nação e modernidade. Os anos 20-30*. Tese de livre-docência (mimeo.), USP, São Paulo.
- Dulles, John Fuster. 1984. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. São Paulo: Edusp/Nova Fronteira.

- Dutra, Eliana Regina Freitas. 1997. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: UFRJ/UFGM.
- Ferreira, Jorge. 1997. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- (org.). 2001. *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Garcia, Nelson Jahar. 1981. *Estado Novo. Ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola.
- Gomes, Angela Castro. 1988. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/UPERJ.
- Goulart, Silvana. 1990. *Sobre a verdade oficial*. São Paulo: CNPq/Marco Zero.
- Haussen, Doris Fagundes. 1992. *Rádio e política: Tempos de Vargas e Perón*. Tese de doutorado (mimeo.), USP, São Paulo.
- Lenharo, Alcir. 1986. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus.
- Silva, José Rogério da. 1992. *Condições de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo durante o Estado Novo*. Dissertação de mestrado (mimeo.), PUC, São Paulo.
- Velloso, Mônica Pimenta. 2003. "Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo". In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, Livro 2).